

ENAPOR

EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, SA

Mindelo - S.Vicente – Cabo Verde

**RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL**

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2025

O Conselho Fiscal:

José Luís M. Semedo – Presidente
Manuel de Jesus Monteiro – Vogal
Milton Paiva - Vogal

Mindelo, Março 2026

CONSELHO FISCAL DA ENAPOR, SA

Mindelo

S. Vicente

RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS DE 2025 DA EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao abrigo das competências do Conselho Fiscal, previstas nos artigos 28.º, 29.º e 30.º dos Estatutos, que definem, respetivamente, as suas funções, competências e poderes, e em articulação com o disposto nos artigos 239.º, n.º 2, e 337.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como no artigo 25.º do Estatuto do Gestor Público, procedemos à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados, do Mapa de Fluxos de Caixa, do Mapa de Variação do Capital Próprio e dos respetivos anexos ao Balanço e à Demonstração dos Resultados da Empresa Nacional de Administração dos Portos, SA (ENAPOR, S.A.), com sede no Mindelo, ilha de São Vicente.

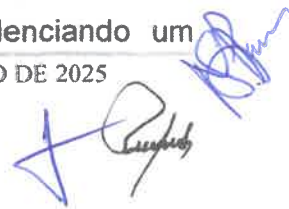
Os referidos documentos foram apresentados pela Administração empossada na Assembleia Geral Ordinária de 01 de agosto de 2025 (Ata n.º 47), acompanhados de um relatório estruturado nos seguintes pontos essenciais: i) Enquadramento do negócio; ii) O negócio e o tráfego portuário; iii) Enquadramento das atividades; iv) Análise económica e financeira; v) Evolução previsível da sociedade; vi) Gestão do risco; e vii) Principais investimentos estratégicos.

A nossa eleição, na Assembleia Geral de 01 de agosto de 2025 (Ata n.º 47 da AGO), para um mandato de três anos, permitirá um acompanhamento contínuo da sociedade, bem como a formulação de recomendações e a adoção de outros procedimentos que se revelem pertinentes. No decurso do exercício, assegurámos o acompanhamento possível da atividade da sociedade, participando em todas as Assembleias Gerais e, através do Conselho de Administração, tomando conhecimento das decisões registadas em atas, de modo a alinhar a nossa atuação com os objetivos da Enapor, S.A.

Para efeitos de cumprimento dos deveres especiais das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), em conformidade com a Portaria n.º 48/2021, emitimos o nosso parecer sobre o exercício económico de 2025, destacando os seguintes pontos:

I - Resultado operacional / Resultado líquido – no contexto de consolidação do crescimento da economia, a ENAPOR manteve uma trajetória positiva de desempenho, apesar de a conjuntura internacional continuar marcada por incertezas geopolíticas, instabilidade nos mercados energéticos e desafios associados às alterações climáticas. Neste enquadramento, os resultados operacionais atingiram 491.905 mECV, registando uma variação homóloga positiva de 61.246 mECV, correspondente a um crescimento de 14,2%. Este desempenho foi impulsionado, essencialmente, pelo aumento dos rendimentos operacionais, que cresceram cerca de 373.571 mECV (+11,5% face a 2024), passando de 3.247.447 mECV para 3.621.019 mECV. Em paralelo, os gastos operacionais registaram um acréscimo de 312.325 mECV, traduzindo-se num crescimento de 11,1% em relação ao ano anterior. Os gastos operacionais aumentaram em 312.325 mECV (+11,1% em relação a 2024). Importa salientar que, globalmente, a atividade operacional cresceu em termos de volume e número, conforme se evidenciou no relatório e contas de 2025, designadamente: i) o movimento de mercadorias, que registou um aumento de 3,4%, ii) o movimento de contentores, que apresentou um crescimento de +9,8%, iii) o movimento de passageiros que registou uma diminuição de 5,3%, iv) a movimentação de navios nos Portos de Cabo Verde, que registou uma ligeira redução de 0,5%, apesar de ter havido um aumento de escalas de navios de longo curso e de navios de pesca e v) os outros rendimentos, que registaram uma diminuição 28.930 mECV, equivalente a -12,8%.

Os gastos operacionais globais, incluindo depreciações e amortizações e ajustamentos de inventários, registaram um aumento de 312.325 mECV, correspondente a uma variação de +11,1% face a 2024. Em termos de principais rubricas, destacam-se: i) os GMVC – Gastos com Materiais Vendidos e Consumidos, que totalizaram 127.450 mECV, refletindo um aumento de 15,4% em comparação com 2024; ii) os Fornecimentos e Serviços Externos, que atingiram 536.853 mECV, correspondendo a um crescimento de 9,9% face a 2024; iii) as Despesas com o Pessoal, que ascenderam a 1.783.118 mECV, representando um acréscimo de 11,3% em relação ao período homólogo; iv) as Depreciações e Amortizações, que totalizaram 540.279 mECV, evidenciando um



aumento de 1,6% face a 2024; v) os Ajustamentos em Inventários, que registaram um saldo de 6.919 mECV; e vi) os Outros Gastos Operacionais, que atingiram 131.066 mECV, traduzindo um aumento expressivo de 87,1% relativamente a 2024.

Os resultados líquidos do exercício ascenderam a 337.778 mECV, comparativamente a 243.367 mECV registados em 2024, contando com a contribuição de um resultado financeiro negativo de -53.133 mECV.

II - Dívidas a receber - relativamente às dívidas a receber, a principal preocupação recai sobre os clientes, no montante de 830.343 mECV (709.582 em 2024), líquido de imparidades. As perdas por imparidade acumuladas de clientes mantiveram-se ao nível de 2024, no montante de 212.147 mECV. A exposição a clientes, associada à antiguidade dos saldos e à sua recuperabilidade, poderá indiciar que a necessidade de fundo de maneio se encontra algo sobreavaliada. Adicionalmente, a não constituição de reforços de imparidade, não obstante as recomendações do auditor, poderá influenciar a perceção da posição financeira, não refletindo de forma plena o risco associado à eventual incobrabilidade dos créditos.

III - Inventários – os gastos com inventários vendidos e consumidos totalizaram 127.450 mECV (+15,4% face a 2024), mantendo-se como um fator de risco, não obstante as correções introduzidas a 31.12.2025, que conduziram a um stock final de 244.843 mECV. Do stock final, 8.986 mECV correspondiam a mercadorias em trânsito àquela data, tendo sido devidamente deduzido dos gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas.

IV - Gastos de estrutura – os gastos de estrutura do exercício em análise registaram um aumento global de 312.325 mECV face a 2024, destacando-se os seguintes componentes: (i) **Gastos com matérias consumidas**, que cresceram 15,4%, passando de 110.469 mECV em 2024 para 127.450 mECV em 2025; (ii) **Fornecimentos e serviços externos**, que aumentaram 9,9%, de 488.565 mECV em 2024 para 536.853 mECV em 2025, refletindo, entre outros fatores, os encargos associados à obtenção, em 2025, da certificação na norma ISO 9001:2015, bem como os acréscimos verificados em rubricas como Conservação e Reparação (+35,1%; +8.686 mECV), Publicidade e Propaganda (+116%; +13.971 mECV), Vigilância e Segurança (+10,5%; +8.281 mECV) e Honorários/Consultoria (+29,5%; +10.412 mECV), parcialmente compensados pela



redução dos gastos com eletricidade (-22,9%); (iii) **Gastos com o pessoal**, que aumentaram 11,3%, passando de 1.601.902 mECV em 2024 para 1.783.118 mECV em 2025. Este crescimento resulta, em grande medida, do aumento do número de trabalhadores em 67 efetivos, totalizando 1.559 colaboradores (553 administrativos, 437 portuários e 569 ocasionais), elevando o peso desta rubrica para 57% dos gastos operacionais. Adicionalmente, as remunerações complementares contribuíram para o aumento dos encargos (+7,2%; +20.896 mECV), com destaque para as horas extraordinárias (+21,8%), o subsídio de Natal do pessoal administrativo (+5,16%) e os subsídios de férias (+15,5%) e de Natal (+18,13%) do pessoal da estiva; (iv) **Gastos de depreciação e amortização**, que registaram um aumento de 1,6%, de 531.795 mECV em 2024 para 540.279 mECV em 2025, refletindo a política de investimento da Enapor; (v) **Imparidade de Inventários**, que apresentou uma redução significativa de 75,5%, passando de 14.003 mECV para 3.429 mECV; (vi) **Outros gastos**, que evidenciaram um aumento expressivo de 87,1% (+61.012 mECV), face a 70.054 mECV em 2024, essencialmente associado aos encargos com a gestão da PFM – Plataforma de Frio do Mindelo. Refira-se que, em 18/02/2025, a ENAPOR, S.A. procedeu ao resgate da concessão da referida plataforma, na sequência de reiterados incumprimentos por parte da concessionária e do abandono das instalações, encontrando-se a atividade totalmente paralisada à data.

Um outro gasto de estrutura a considerar refere-se à renda da concessão, decorrente do Contrato de Concessão Geral do Serviço Portuário e de Exploração e Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias de Cabo Verde, em conformidade com os objetivos definidos na Resolução n.º 52/2015, de 15 de junho. Nos termos deste enquadramento, a Enapor, S.A. deveria proceder ao pagamento de uma renda correspondente a 10% das receitas totais provenientes das tarifas associadas a atividades sujeitas a regulação económica nos portos abrangidos pela concessão.

Contudo, para assegurar o adequado tratamento contabilístico do referido contrato de concessão, a Enapor teria de recorrer, de forma supletiva, às normas internacionais de relato financeiro, designadamente à IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, que prevê, entre outros aspetos, a não depreciação dos bens afetos à concessão.

Neste contexto, a empresa continua a não dispor de condições para implementar integralmente esta orientação, atendendo ao desfasamento significativo que tal procedimento introduziria na apresentação das demonstrações financeiras.

V - Investimentos/ financiamento – no que respeita aos projetos em carteira e em curso, registaram-se, em 2025, aquisições e pagamentos relativos a ativos tangíveis no montante de 705.763 mECV e 44.520 mECV em ativos intangíveis. Os projetos transferidos e em execução no exercício totalizaram 750.283 mECV, destacando-se, pela sua relevância, os seguintes projetos tangíveis: (i) Projeto de pipelines de gasolina e Jet A1 na Palmeira (26,2%); (ii) Desassoreamento do Porto Inglês (13,4%); (iii) Centro de expurgo de Porto Novo (12,9%); (iv) Obras de reabilitação do piso e vigas de coroamento do cais de cabotagem do Porto da Praia (10,6%); (v) Construção da gare marítima/espço social da Estiva Inglês (7,1%); (vi) Expansão do Porto Grande (2,5%); (vii) Expansão do Porto Novo (2,0%); (viii) Remodelação do edifício central (1,9%); e (ix) Outros projetos (9,6%).

No que se refere aos ativos intangíveis, foi realizado um investimento de 44.520 mECV, essencialmente associado à aquisição de softwares utilizados nas operações da empresa. Em “Outros Ativos Intangíveis”, incluem-se o projeto de avaliação da maturidade da inovação digital, o plano de continuidade de negócio e gestão de crise, bem como a certificação da qualidade no âmbito da norma ISO 9001, concluída em novembro de 2025. No decurso do exercício, entrou igualmente em funcionamento a plataforma de compras BPM Procurement. Os planos de financiamento foram globalmente cumpridos, uma vez que já existia fundos previamente disponíveis em instituições bancárias para o efeito e recorreu-se também ao recurso adicional a financiamento bancário, em 2025, no montante de 35.000 mECV.

Não obstante, a Enapor continua a evidenciar a necessidade de proceder a uma adequada distinção entre investimentos de concessão e investimentos realizados no âmbito do contrato de concessão com o Estado, assegurando a sua conformidade com as normas internacionais aplicáveis às concessões.

VI - Tesouraria - no que respeita à tesouraria, os fluxos de caixa das atividades operacionais ascenderam a 961.770 mECV, permitindo fazer face aos fluxos das

atividades de investimento (622.401 mECV) e de financiamento (333.251 mECV). Para assegurar o financiamento dos projetos concluídos e em curso até 31.12.2025, a Enapor recorreu, durante o exercício, a financiamento bancário no montante de 35.000 mECV. Em 31.12.2025, a tesouraria apresentou uma variação positiva de caixa e seus equivalentes de 6.118 mECV, situando-se o saldo final em 181.713 mECV.

VII – Indicadores de gestão – a necessidade de fundo de maneio, positiva em 253.876 mECV, mostra-se adequada à estrutura da Enapor no exercício económico em análise. Regista-se, de forma geral, uma melhoria na maioria dos indicadores financeiros, destacando-se a liquidez geral de 1,12, a autonomia financeira de 0,49 e a solvabilidade total de 0,96.

Não obstante, importa salientar a necessidade de um acompanhamento mais rigoroso da carteira de clientes, cujo prazo médio de recebimento aumentou para 111 dias (107 dias em 2024). Em sentido contrário, observa-se uma melhoria no prazo médio de pagamentos, que se reduziu para 54 dias (61 dias em 2024). Ao nível da rentabilidade, verifica-se um desempenho positivo, com a rentabilidade líquida do capital próprio a subir para 10% (8% em 2024) e a rentabilidade dos capitais investidos a atingir 5% (4% em 2024).

Em termos operacionais, a empresa apresentou um EBITDA de 1.032.184 mECV, um EBIT de 491.905 mECV e um cash-flow de 844.100 mECV, evidenciando uma capacidade consistente de geração de resultados e de meios financeiros.

VIII - Aprovação - face aos exames e análises efetuados e ao parecer com reservas emitido pelo auditor independente, o Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação: (i) das Demonstrações Financeiras de 2025, que refletem um Ativo de 6.931.398 mECV, Capital Próprio de 3.386.039 mECV, Passivo de 3.545.358 mECV e Resultado Líquido de 337.778 mECV; (ii) do Relatório do Conselho de Administração; e (iii) do Relatório do auditor independente, que constituem parte integrante do presente relatório do Conselho Fiscal.

Mindelo, 31 de Março de 2026

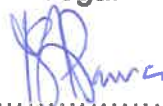
O Conselho Fiscal



.....
José Luís Semedo
Presidente



.....
Manuel de Jesus Monteiro
Vogal



.....
Milton Paiva
Vogal

Em anexo:

- Relatório e contas de 2025